

Mas desencadeou um processo diplomático trilateral entre Israel, a Jordânia e o grupo palestino da Orient House, que se desenrolou principalmente em Washington ao longo de 1992, até Rabin substituir Shamir como primeiro-ministro no Verão desse ano. Também por esta altura, iniciaram-se as infrutíferas negociações israelo-sírias sobre os montes Golan, que se prolongaram até à morte de Hafiz al-Assad, em 2000.

Paralelamente à alta política, que, como sempre, criou esperanças de mudança não cumpridas, registou-se uma assinalável tentativa local na Cisjordânia de utilizar o drama político para construir as infra-estruturas de um Estado. Esta tentativa foi iniciada pelas *tzawqim* («equipas»), que tinham passado anos na Orient House a planificar profissionalmente todos os aspectos da vida e do governo no seu futuro Estado. Os seus esforços foram ignorados e, tal como muitas outras realizações cruciais dos palestinos sob a ocupação, foram eclipsados pelo acordo de Oslo e as suas consequências.

O processo de Oslo e depois

O plano de Oslo foi congeminado por israelitas da esquerda sionista. Eram membros do movimento trabalhista mandatados para irem além das posições tradicionais do seu movimento e tentarem obter um acordo com a OLP, baseado numa solução aceitável para os partidos sionistas à esquerda dos trabalhistas. Os negociadores reuniram-se com um grupo de membros pragmáticos do segundo escalão da OLP, residentes em Tunes. Os negociadores palestinos deslocaram-se a Oslo com base nas resoluções adoptadas pelo CNP, que aceitavam o princípio da partição como base para uma solução do conflito. Esta mudança na posição da OLP reflectia o reconhecimento por Arafat da incapacidade da sua organização para forçar um acordo baseado na criação de um Estado árabe secular na totalidade da ex-Palestina do Mandato. No entanto, a OLP de Arafat continuava a insistir no direito de regresso dos refugiados palestinos e mantinha-se empenhada na criação de um Estado palestino completamente independente, livre de colonatos judaicos, com Jerusalém como capital. Contudo, pela primeira vez na história da OLP, estes pontos eram negociáveis e não dogmas de uma ideologia nacional.

A origem deste novo pragmatismo encontrava-se numa matriz de acontecimentos separados, cada um dos quais enfraqueceu a OLP: o decréscimo da to da União Soviética como superpotência apoiante da OLP; o decréscimo da assistência financeira saudita na sequência da posição da OLP relativamente à guerra do Golfo; e o declínio global do estatuto da OLP no mundo árabe em geral, e na Palestina em particular, na sequência da sua evacuação do Líbano

em 1982. Tal como a Declaração de Independência de Novembro de 1988, esta nova atitude foi motivada pela capacidade da intifada de atrair apoio público, tanto no interior como no exterior da Palestina, a um nível nunca anteriormente alcançado pelo movimento de guerrilha da OLP. Acima de tudo, integrava-se num longo processo, iniciado em 1974, que transformou a OLP numa força pragmática no Médio Oriente, usando um misto de força e diplomacia. Finalmente, as eleições israelitas de 1992 desempenharam também um importante papel. A sociedade judaica estava agora disposta a dar uma oportunidade a um governo que declarava abertamente a sua intenção de evacuar terra ocupada. Assim, o documento de Oslo representava o ponto de encontro entre o desejo israelita de compromisso territorial e a disponibilidade da OLP para encetar negociações de paz com base em tal compromisso — mas de forma nenhuma para as concluir.

Apesar do contexto desfavorável no qual a OLP conduziu estas negociações e da posição de superioridade de Israel na correlação de forças entre as duas partes, Oslo pareceu na altura proporcionar uma significativa janela de oportunidade aos líderes do movimento nacional palestino. O acordo tomou a forma de um documento apelidado Declaração de Princípios, que foi proclamado em 13 de Setembro de 1993 e assinado no relvado da Casa Branca numa cerimónia que incluiu o típico espectáculo de «paz» americano.

Um observador atento que lesse cuidadosamente os princípios identificaria de imediato a natureza precária do novo acordo. A cláusula 3.^a do artigo 5.^o, por exemplo, mostrava claramente por que razão o documento, mais do que por fim ao conflito, revelava a sua verdadeira natureza. Esta cláusula enumerava três questões a serem abordadas em futuras negociações, após a aplicação bem sucedida de um acordo interino entre as duas partes: a questão de Jerusalém, o destino dos refugiados palestinos e o problema dos colonatos judeus nos territórios ocupados. Além disso, a cláusula autorizava cada parte, desde que contasse com o acordo da outra, a apresentar a debate qualquer outro tópico à sua escolha.

A principal concessão da OLP foi ligar a aplicação bem sucedida do período interino com negociações sobre o estatuto final dos territórios e estes três tópicos. O documento especificava os processos para o período interino: uma retirada israelita de Gaza e Jericó, a ser seguida por uma transferência gradual de certas funções civis de Israel para a OLP, e uma retirada final de Israel de todas as cidades e centros habitacionais palestinos. No final do período seriam iniciadas conversações sobre o acordo final. Este acordo interino foi ditado pelos israelitas e elaborado de acordo com a sua percepção de segurança. Além disso, representava a concepção israelita da natureza e substância do conflito. O acordo somente abordava problemas resultantes da guerra de 1967,

como se essa fosse a base da situação e tudo o que a precedia fosse irrelevante para uma resolução pacífica do conflito. Embora a fase interina acordada contribuisse para pôr fim ao controlo israelita sobre as vidas de um grande número de palestinianos, não tomava em consideração a percepção palestiniana do conflito nem avançava quaisquer soluções para os palestinianos deslocados que tinham perdido a sua pátria em 1948. A concessão palestiniana de aceitar a exigência israelita de transformar 1967 no centro do acordo de Oslo era compensada por símbolos de soberania palestiniana em todas as zonas evacuadas, especialmente — o que ia para além de um mero simbolismo — o reconhecimento da autoridade da OLP nessas zonas.

Contudo, o enquadramento da fase interina era tolerado pelos palestinianos sobretudo devido à promessa feita na cláusula 3.ª do artigo 5.º do documento. O problema dos refugiados e a questão de Jerusalém eram importantes, mas a OLP esperava especialmente poder levantar também a questão da soberania integral em futuras negociações. As três questões estavam relacionadas com as consequências da guerra de 1948, guerra que de muitas maneiras tinha conduzido a nova identidade nacional dos palestinianos e ditado o seu programa nacional (15). A OLP devia a sua existência à comunidade de refugiados de 1948, e a sua razão de ser jamais foi pôr fim à ocupação israelita de 1967, uma tarefa secundária, mas sim rectificar os males de 1948.

Embora ocultas numa cláusula, estas promessas incluídas no documento de Oslo representavam uma conquista da OLP. Para além de ser reconhecida por Israel pela primeira vez na sua história, a OLP obtinha um acordo israelita para negociar três questões que considerava o fulcro do conflito. Habitualmente, Israel acrescentou a estas questões um tópico de 1967, o dos colonatos. Tratava-se de uma matéria controversa e delicada para o eleitorado israelita, e Israel pretendia adiar por tanto tempo quanto possível as negociações sobre elas. Contudo, o documento sublinhava que a participação de Israel em tais negociações estava condicionada por uma implementação do acordo interino «bem sucedida e pacífica», na prática um veto israelita. «Pacífica» significava de forma a satisfazer o conceito israelita de segurança, pelo que a implementação dessa fase deveria ser monitorizada e executada por generais israelitas (16).

Assim, o acordo na prática divergia substancialmente do documento. Esse facto reflecte a tensão entre a situação tal como a concebiam as elites políticas e a experiência da população no terreno. Numa série de acordos (17), ditados pelos generais israelitas, que tinham diante de si uma equipa palestiniana sem qualquer experiência profissional em questões jurídicas e estratégicas (18), os objectivos interinos do documento de Oslo pareceram transformar-se na base para a resolução final e permanente do conflito. Uma série de actos israelitas, ou concessões palestinianas, tornava impraticáveis e inúteis quaisquer futuras

negociações relativas ao estatuto final dos territórios ou às questões dos refugiados e de Jerusalém.

O processo anulou algumas das principais promessas feitas no documento de Oslo. A cláusula 7.ª do artigo 31.º declarava: «Nenhum dos lados iniciará ou tomará qualquer medida que venha a alterar o estatuto da Cisjordânia e da Faixa de Gaza antes do resultado das negociações sobre o estatuto permanente.» A partir de 1994 Israel encetou um esforço de construção, incluindo a construção de novos colonatos, a expansão dos já existentes e a edificação de vedações de fronteira que delineavam a partição da Cisjordânia antes das negociações. Uma confiscação maciça de terras e a expansão dos colonatos marcaram os quatro anos (1992-1996) do governo com um primeiro-ministro trabalhista. O governo trabalhista investiu 46 milhões de dólares na população de colonos judeus, cerca de 144 000 pessoas, nos territórios palestinianos ocupados, muito mais do que os seus antecessores do Likud; em 1996 a população dos colonatos tinha aumentado já 48% na Cisjordânia e 62% na Faixa de Gaza (19). Todas estas medidas tornavam a retirada dos colonos menos provável do que nunca.

Em cada um dos acordos assinados após Oslo, a correlação de forças e a superioridade israelita traduziam-se na realidade no terreno. Esta manifestava-se em todas as esferas da vida, o que permitiu aos israelitas garantirem influência através do emprego de meios violentos tais como a detenção e a demolição de casas.

Para além de tornar as conversações finais impossíveis, registou-se uma violação adicional do documento de Oslo. A cláusula 8.ª do artigo 31.º declarava: «As duas partes consideram a Cisjordânia e a Faixa de Gaza como uma só unidade territorial, cuja integridade e estatuto serão preservados durante o período interino.» Contudo, uma série de viadutos e túneis dividiam os territórios, criando um mapa imaginário de uma Cisjordânia judia acima, em mais do que um sentido, da palestiniana. Os judeus não estavam somente a viver lado a lado com os palestinianos, mas acima deles, ou estavam a escavar túneis debaixo deles. Os colonatos judeus pequenos estavam ligados aos colonatos de maiores dimensões e a Israel através de estradas; os palestinianos que viviam na zona rodeada por colonatos somente podiam deslocar-se com grande dificuldade, se é que podiam, através de uma série de barreiras militares. O asfaltamento das estradas, a construção de túneis e a cantonização da Cisjordânia (Gaza e Oslo serão referidas adiante) foram o «processo de Oslo». A legitimidade destas disposições não derivava da Declaração de Princípios mas dos vários acordos assinados por Israel e pela criação de Oslo, a Autoridade Palestiniana (AP).

Os palestinianos que viajavam de uma parte da Cisjordânia para outra ou de zonas sob a autoridade da AP para trabalharem em Israel viam melhor do

que ninguém os padrões de continuidade entre as realidades pré-Oslo e pós-Oslo. A brutalidade e crueldade dos soldados e polícia israelita confirmavam nos pontos de passagem e nos bloqueios de estrada no território israelita confirmavam que a Cisjordânia se tinha simplesmente transformado num bantustão. Os ocupantes mantinham-se nos *checkpoints*, capazes de infligirem qualquer tipo de mau-trato físico ou mental a quem utilizasse as fronteiras entre Israel e a Palestina. Também isto poderia considerar-se uma violação do documento de Oslo, para além de ser uma continuação da ocupação. O artigo 10.º, cláusula 1, sub-cláusula *a*) do Anexo I declarava: «Existirá uma passagem segura a ligar a Cisjordânia com a Faixa de Gaza para a deslocação de pessoas, veículos e bens.» A cláusula *b*) declarava: «Israel assegurará a passagem segura de pessoas e transportes durante as horas do dia (do nascer ao pôr do Sol) [...] mas de qualquer forma nunca menos de 10 horas por dia.» Esta cláusula era violada não somente no caso da passagem entre Gaza e a Cisjordânia mas também no interior da própria Cisjordânia.

A tensão entre as promessas feitas no documento e a situação que se desenvolvia no terreno reflectia-se no fosso entre parâmetros e funções. Os israelitas controlavam os parâmetros, enquanto os palestinianos estavam autorizados a desempenhar algumas funções limitadas. Mas nem mesmo no campo das funções o processo de Oslo foi longe. As funções palestinianas estavam limitadas à gestão do dia-a-dia nas zonas da AP. Estas eram decoradas com símbolos que substituíam uma soberania real, tais como bandeiras, unidades, nomes e títulos como «Correios da Palestina». É aquilo a que os Palestínianos chamam muitas *salata* (honorarias) sem *sulta* (autoridade).

A nova situação criou novos padrões de vida, o que explica a razão por que, apesar das óbvias desvantagens, um número significativo de palestinianos na Cisjordânia e em Gaza foram durante muito tempo parceiros voluntários no processo. Os vários mecanismos erigidos para regular a vida nas zonas da AP proporcionaram postos de trabalho aos membros da OLP de Tunes e a um número substancial de palestinianos locais. Estes empregados formavam o principal corpo de apoio palestiniano ao acordo, já que tinham agora um interesse pessoal em manter o *status quo*.

As vantagens prometidas no acordo podiam ser vistas mais claramente em Gaza, que estava menos fragmentada pelo acordo do que a Cisjordânia. A sua separação da Cisjordânia fora aceite como uma solução que existiria durante muito tempo, quer a aplicação do documento de Oslo fosse feita à letra quer de acordo com uma interpretação pró-OLP. Assim, em Gaza, a relativa integridade territorial provocou inicialmente uma sensação de alívio devido à remoção da ocupação israelita directa sob a forma da suspensão do recolher obrigatório, das rusgas policiais à noite e dos maus-tratos nas estradas. Demo-

rou mais de um ano até os repetidos encerramentos das fronteiras⁽²⁹⁾ e as restrições arbitrárias de movimentos no exterior da Faixa transmitirem a mensagem de que o processo de Oslo transformara Gaza numa enorme prisão, com uma bandeira palestiniana lá dentro e soldados israelitas a guardarem as vedações. Os encerramentos das fronteiras foram retomados em reacção às bombas dos movimentos islâmicos de resistência Hamas e Jihad Islâmica, no âmbito da sua campanha contra o acordo. A maior parte desses actos violava não somente as condições do documento de Oslo mas também vários artigos, em especial o artigo 33.º, da Quarta Convenção de Genebra «Relativa à Protecção de Civis em Tempos de Guerra» de 1949.

O processo de Oslo prolongou-se até 1999, principalmente devido ao seu bom acolhimento por parte do público israelita e da comunidade internacional. Para os israelitas, Oslo era apresentado no discurso público e nos meios de comunicação electrónicos, pelo menos até à eleição de Benjamin Netanyahu em 1996, como um processo de paz. Investiram-se esforços substanciais para transmitir esta mensagem de progresso, tendo a violenta hostilidade da direita sionista em relação a Oslo reforçado a convicção de muitos israelitas de esquerda de que estavam a defender um genuíno processo de paz contra os seus inimigos. Finalmente, no discurso internacional, e em particular no discurso americano, o acordo de Oslo, ou abreviadamente «Oslo», significava paz.

Por volta de 1996 a realidade sobrepôs-se às imagens que os líderes políticos tinham criado do processo de Oslo. A partir de então a questão já não era se Oslo trouxera a paz à terra despedaçada de Israel e da Palestina, mas sim qual o preço que o seu povo pagara por ilusões que lhe tinham sido vendidas por políticos de vistas curtas.

Na sombra da política: religião, nacionalismo e multiculturalismo

No final da década de 80, um novo actor político apareceu em cena em Israel e na Palestina: os movimentos islâmicos. Eram o Hamas e a Jihad Islâmica nos territórios ocupados (e no Sul do Líbano) e o movimento islâmico no próprio território de Israel. «Islão político» é um termo relativamente novo que veio substituir a expressão «fundamentalismo islâmico», mas procura explicar o mesmo fenómeno. Em geral o termo é uma tentativa dos investigadores para avaliar o impacto da religião na política no mundo árabe e para além das suas fronteiras. Não é de modo nenhum definitivo, e cada movimento religioso tem de ser compreendido no seu próprio contexto.

À semelhança de outros islamistas do final do século xx, os da Palestina e de Israel eram antiamericanos e por consequência opunham-se aos acordos de paz negociados por intermédio dos EUA. A associação íntima entre Israel e os EUA e o seu impacto na vida do povo palestino era um programa fácil de seguir. Mas este interesse pela política era apenas um dos aspectos dos grupos políticos islâmicos em Israel e na Palestina.

A introdução de conceitos islâmicos na cena política baseava-se num regresso genuíno à religião e à tradição em Israel e na Palestina. O desejo de reatar velhos códigos de conduta não se limitava aos muçulmanos, sendo também evidente na comunidade judaica. Como afirmei no prefácio, a religião na Palestina e em Israel demonstrou ser uma força resiliente e adaptável e não uma relíquia em extinção do tradicionalismo, tão prontamente posta de parte pelos gurus das teorias da modernização.

A religião demonstrou ser uma resposta eficaz às pressões dos internináveis desenraizamentos, privações e discriminação sofridos por muitos palestinos ao longo da segunda metade do século xx. Oferecia também uma perspectiva redentora da vida aos judeus em Israel, que viviam em condições menos duras mas mesmo assim sentiam o desalento e a frustração resultantes das dificuldades económicas e da falta de orientação. O aspecto político da renascença religiosa apenas a tornava mais atraente como alternativa; não somente como prática diária mas também como um plano que prometia mudança, numa situação em que o pior fora já experimentado.

A religião começou também a fornecer justificações para as formas mais extremas de actividade política. Em seu nome e por ela, a violência podia ser dirigida contra os inimigos de todos os tipos, tanto os do outro lado num conflito como os «traidores» internos. Inspirou os jovens palestinos a tornarem-se bombas humanas, explodindo em cidades e espaços públicos israelitas, e motivou colonos fanáticos a assassinar indiscriminadamente os seus vizinhos palestinos. Um desses colonos assassinou o primeiro-ministro de Israel, Yitzhak Rabin, em Novembro de 1995. Embora existissem outras explicações da razão por que israelitas e palestinos recorriam a tais formas de violência, como por exemplo velhas animosidades, a violência era geralmente representada como parte de uma missão divina. Não que um regresso à religião terminasse sempre em violência. Para muitos dos que provinham de famílias menos desfavorecidas da sociedade, era um guia numa busca individual de salvação e fé que fez aumentar o número de seguidores do Islão e do Judaísmo ortodoxo.

Como força social, esta nova versão da religião inseria-se bem na construção de uma sociedade civil tanto em Israel como na Palestina. A interpretação do mundo de uma forma religiosa era reforçada pela negligência a que o

Estado ou a elite política votavam vastas áreas da vida nas suas comunidades. Esta incapacidade do Estado ou da nação de abranger as vidas ou identidades dos seus elementos permitia a outras ideologias reclamarem essa função. Nos anos 80, estes novos agrupamentos coloriram o mapa de Israel e da Palestina com um arco-íris de diferentes identidades, todas mais pequenas do que a da «nação» e todas reclamando o controlo do Estado ou pelo menos a autonomia dentro dele em nome de uma identidade que transcendia as limitações de um Estado. A política religiosa de identidade diferia de outros agrupamentos pelo facto de aspirar também a ser um substituto do nacionalismo, ou pelo menos uma versão melhorada dele, conduzindo inevitavelmente a uma confrontação mais extremista e inflexível com o «Outro», fosse ele o que fosse.

No que dizia respeito aos palestinos, tanto nos territórios ocupados como em Israel, a OLP ou as lideranças nacionais tinham, já desde 1967, perdido algum controlo das suas comunidades. Tal significava que existia mais espaço e motivação para adaptações individuais e colectivas de modos de comportamento mais religiosos. Estas adaptações eram mais evidentes em duas zonas. Nas zonas rurais, os conceitos e crenças tradicionais tinham mantido a sua força ao longo de séculos e facilmente podia ser-lhes conferida uma orientação mais política — especialmente dada a interferência de Israel na vida das gentes locais. Era também aparente nos bairros urbanos pobres, como por exemplo em Nazaré, Hebron e Nablus. O facto de muitos dos habitantes citadinos mais abastados terem um estilo de vida e pontos de vista altamente secularizados somente acentuava o antagonismo para com a riqueza e o intelectualismo das pessoas que viviam em zonas mais desfavorecidas.

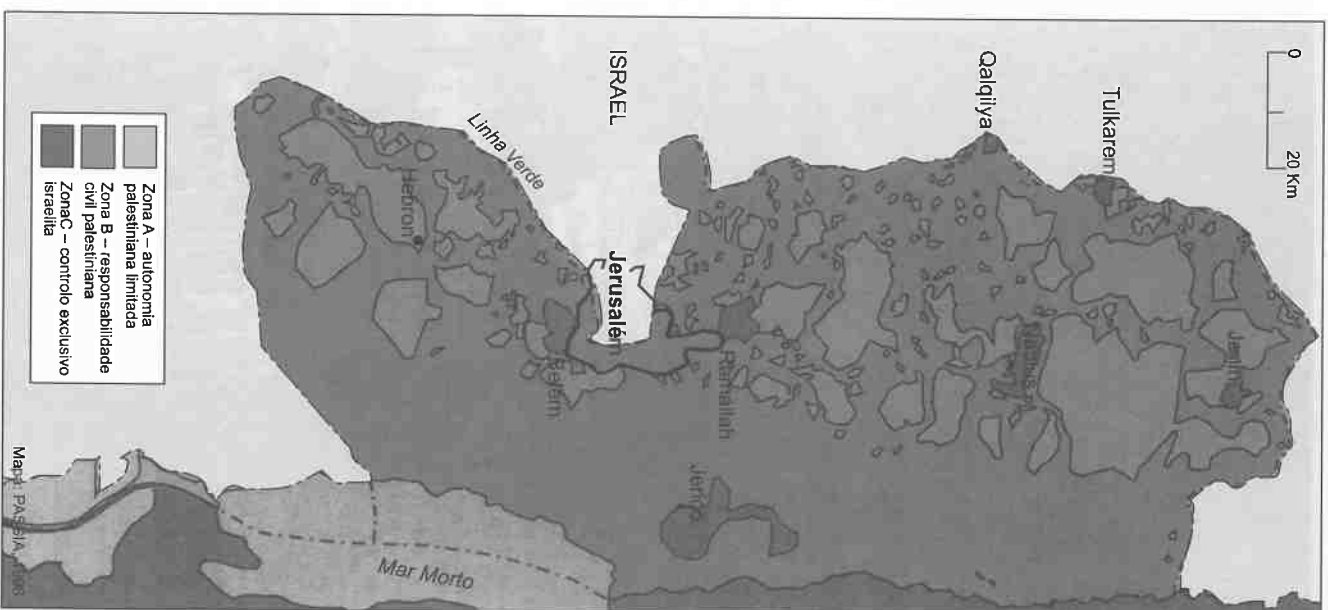
No início dos anos 80, o retorno individual ao Islão nos territórios ocupados tornou-se colectivo e nacionalista⁽²¹⁾. A incapacidade da OLP de oferecer protecção contra os maus-tratos e o controlo militar atrou muitas pessoas para os braços do Islão político. Inicialmente este movimento recebeu também apoio israelita. Os orientalistas e conselheiros governamentais recomendaram que se consolidasse o Islão político como uma jogada contra a política nacionalista pregada pela OLP. Quando o seu «protegido» se voltou contra eles, com mais força e determinação ainda, já era demasiado tarde⁽²²⁾.

Em Israel propriamente dito, apesar das privações generalizadas que a comunidade palestina sofria, existiam ainda desequilíbrios socio-económicos gritantes entre os dois centros geográficos da vida árabe no Estado judeu. No Norte, a Galileia era de forma geral mais abastada do que o Pequeno Triângulo, onde a população se encontrava apinhada num espaço reduzido e tinha acesso a um leque ocupacional bastante limitado. Não surpreende que a pequena criminalidade e o desemprego subsistem a altos níveis. Foi em Wadi Ara', onde a vida era vivida em condições ainda mais miseráveis do que nos

campos de refugiados, nos bairros degradados dos centros das cidades e nas aldeias empobrecidas da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, que surgiu o Islão político.

Desmentindo os modelos de modernização convencionais, os estratos mais seculares e abastados do povo palestino, os palestinos que viviam em Israel, gravitavam na direcção dos seus compatriotas mais tradicionais e desfavorecidos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza e procuravam inspiração neles. Era também Gaza que guiava a Cisjordânia — uma zona relativamente mais abastada — em termos de radicalização política religiosa. A vários títulos, a política nacional tomava a mesma direcção.

Os jovens e uma parte relativamente elevada de mulheres, sectores da sociedade a quem não era dado um papel decisivo na luta política, eram os que mais se sentiam atraídos pelo caminho de salvação pessoal oferecido pelas várias interpretações do Islão. Estas iam dos sufi místicos à visão fundamentalista oferecida por alguns ramos da Irmandade Muçulmana. Um deles era representado por Abdullah Nimr Darwish, que dominou a política do Islão em Israel na década de 80, perdendo depois o poder para jovens líderes mais carismáticos que apareceram na zona desfavorecida e densamente povoada de Wadi Ara'. Tal como muitos outros líderes, recebeu uma educação islâmica formal no início da década de 70 em Nablus e Hebron, onde se familiarizou não somente com a doutrina islâmica mas também, o que é mais importante, com as variadas actividades acessíveis a um político militante ao modo islâmico. Estas iam das *risalat*, epístolas originalmente enviadas pelo Profeta à comunidade dos crentes mas transformadas agora em mensagens política actuais, à organização de células clandestinas, sabotagem e violência. Contudo, pregar nas mesquitas era a parte mais visível dessa actividade. Os sermões apelavam à restauração de uma Idade de Ouro islâmica na Palestina; ou seja, ao renascimento do controlo muçulmano do país, aderindo estritamente ao código corânico. A mensagem básica podia ser salpicada com referências aos judeus e ao imperialismo e, mais significativamente, com comentários à situação política corrente, geralmente reflectindo a posição da OLP sobre a questão da Palestina. Qualquer combinação destes ingredientes era suficiente para meter em trabalhos uma pessoa como Abdullah Nimr Darwish, e efectivamente durante os anos 80 ele passou longos períodos em prisões israelitas, após ter formalizado a sua actividade numa organização chamada Usrat al-Jihad («a Família da Jihad»). Após a sua libertação, atenuou as suas críticas e foi membro fundador do al-Haraka al-Islamiyya («o Movimento Islâmico»), uma organização não governamental legalmente registada. Nos finais dos anos 80 e início dos anos 90, o movimento participou com êxito em eleições municipais, derrotando tanto políticos comunistas veteranos como agentes de partidos sionistas.



Mapa 5. Acordo interino de Oslo, 28 de Setembro de 1995

Nalguns casos, os recém-eleitos presidentes de câmaras e líderes de conselhos locais dirigiram as suas autarquias de forma muito competente, resolvendo problemas de longa data. A sua actividade acabou por ser obstruída pela animosidade do governo e, mais decisivamente, por cisões internas e corrupção.

O regresso à religião na comunidade judaica fazia parte no fosso cultural que dividia a sociedade desde 1967. Não era novo. Na década de 50 tinham-se registado recontros entre judeus religiosos e seculares. A tentativa do judaísmo ultra-ortodoxo, no íntimo anti-sionista, de se isolar e confinar a sua vida em guetos fracassou. Para alguns grupos ultra-ortodoxos, o anti-sionismo incluía até a disponibilidade para viver sob um governo estrangeiro ou palestiano. Para a maioria, contudo, significava um desejo irrealista de viver dentro de um Estado sem se integrar nele. Na prática não conseguiram isolar as suas comunidades dos atractivos da sociedade secular hedonística e promíscua em que viviam.

Na *Kulturkampf* que se verificou em Israel após 1967, o equilíbrio nacional de realizações e perdas pendia para o lado dos secularesistas. A capitalização, a globalização e a privatização acrescentaram facetas mais seculares à vida pública em Israel. Um exemplo foi o aparecimento da televisão e a decisão do Supremo Tribunal, indo contra a oposição cerrada de grupos religiosos, de autorizar transmissões televisivas às sextas-feiras à noite. Para um observador externo tal pode parecer trivial, mas integrava-se na luta por aquilo a que em Israel se chama o *status quo*. Este é como que uma fotografia tirada em 1948, no dia da criação de Israel, da vida religiosa e secular na esfera pública. Se, por exemplo, os autocarros eram autorizados a circular no *sabbath* em Haifa, ou se os centros de divertimentos de todos os tipos eram encerrados às sextas-feiras à noite, era assim que as coisas deveriam continuar a ser. Na prática, porém, o *status quo* sofreu alterações e o secularismo na vida pública aumentou. O papel mais crucial neste processo foi desempenhado pelo Supremo Tribunal. A sua decisão mais importante a este respeito foi tomada no início dos anos 70, quando autorizou um cidadão judeu casado com uma mulher não judia a registar os seus filhos como judeus (segundo a Halachá, somente pode ser judeu quem seja filho de mãe judia). Contudo, tipicamente, o Supremo Tribunal não exprimitu uma opinião sobre o que constitui ser judeu; essa tarefa foi deixada aos políticos. Por volta de 1972 a legislação determinou que judeus eram aqueles que os rabinatos locais consideravam judeus, uma questão em aberto que nunca foi resolvida.

Desde então, a questão do que é ser judeu em Israel tem sido determinada pela correlação de forças política no governo e na coligação no Knesset. Tornou-se um tópico importante durante a imigração maciça de judeus da recém-desmantelada União Soviética, em 1989. Os que eram acolhidos, mas não

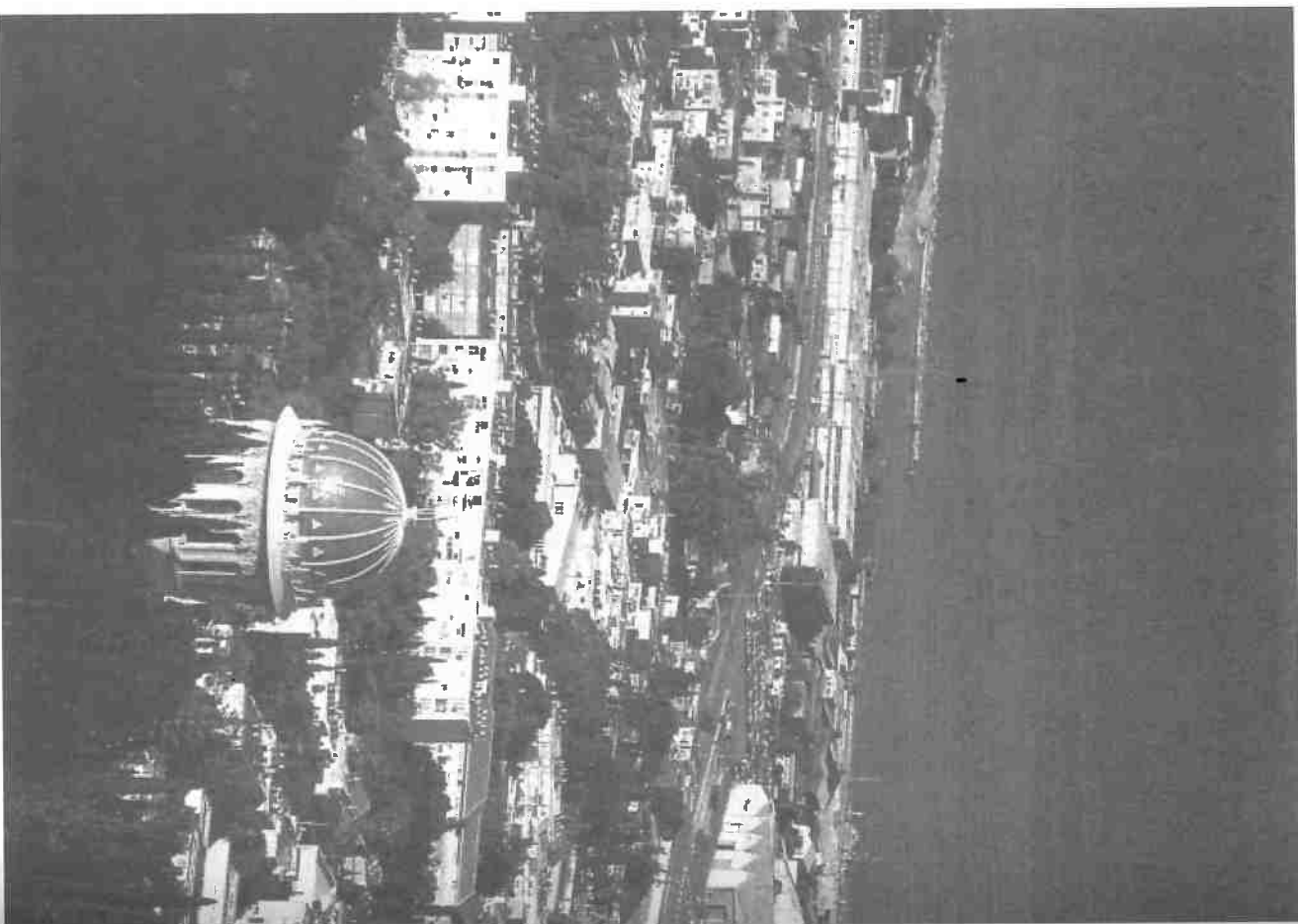


Figura 8. Haifa 2002, vista do monte Carmelo

reconhecidos como judeus, não podiam beneficiar da série de generosos subsídios que aguardavam todos os imigrantes, embora para ter direito a esses subsídios somente fosse necessário falsificar documentos genealógicos para inventar uma mãe judia. Muitos imigrantes fizeram-no, e anos mais tarde vi alguns desses judeus a rezarem devotamente nas igrejas ortodoxas russas e gregas do meu bairro.

Visto de outro ângulo, o fosso que vem sempre à superfície em Israel em tempos de relativa calma é o da política de identidade. Até 1993, o ano do acordo de Oslo, enquanto a política de elites se debruçava sobre a questão de manter os territórios ou alcançar um compromisso com a Jordânia ou os palestínianos, a sociedade em geral concentrava-se na questão da identidade mais do que nas questões das fronteiras e da paz.

Conclusão

A Palestina e Israel pós-Oslo

A morte de Oslo

Quando este livro foi escrito, o processo de Oslo já tinha sido declarado morto e irrelevante. Em vez de trazerem um bálsamo a um país despedaçado, os esforços de paz conduziram a mais uma vaga de derramamento de sangue no início do século XXI. A Palestina política — a Cisjordânia e a Faixa de Gaza — estava em guerra com Israel, o que resultou na ocupação de grande parte desse território. Tal significou que a Palestina histórica, à parte algumas parcelas da Faixa de Gaza, ficou sob o controlo absoluto do Estado judeu. Mesmo antes da erupção desta última onda de violência, tornou-se dolorosamente claro que o acordo de paz dos anos 90 estava condenado ao fracasso. Já em 1995 a maioria dos palestínianos tinha classificado o processo de Oslo como mais uma forma de ocupação, e a maioria dos israelitas sentia que ele não tinha salvaguardado a sua segurança pessoal. Para ambas as comunidades, parecia inútil reflectir se este triste estado de coisas tinha sido previsto pelos seus líderes ou se estavam perante um genuíno processo de paz que descartaria apesar das boas intenções dos políticos.

Uma década depois, parece-me que o principal problema consistiu no facto de as consequências práticas da Declaração de Princípios acordada por Yasser Arafat, Bill Clinton e Yitzhak Rabin em 13 de Setembro de 1993 no relvado da Casa Branca terem pouca relação com esses princípios. Foi a correção de forças, dramaticamente favorável a Israel, que determinou como é que os princípios seriam traduzidos na realidade. Isso foi feito com muito pouca generosidade ou sensibilidade por parte dos negociadores israelitas. A delegação palestíniana não conseguiu resistir, pois estava enfraquecida e desprovida de qualquer reputação significativa junto dos israelitas ou dos americanos após uma série de reverses que afectaram a posição da OLP no mundo: a queda da